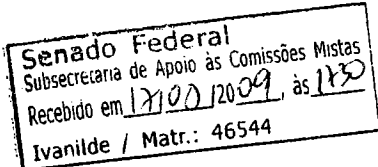




CONGRESSO NACIONAL



MPV-458

00152

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 17/02/2009	proposição Medida Provisória n.º 458 de 2009
--------------------	---

Autor Dep. Moreira Mendes	n.º do prontuário 049
------------------------------	--------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. () Aditiva	5. Substitutivo global
---------------------------------------	-----------------	--	---------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 19 da MP n.º 458, de 2009 a seguinte redação:

“Art. 19. Ficam convalidadas as cessões de direitos a terceiros que envolvam contratos firmados entre o INCRA e o ocupante, exceto as decorrentes de processos administrativos em andamento na data de publicação desta Lei, as quais deverão ser adequadas aos princípios nela estabelecidos.

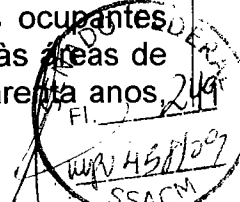
.....”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 19, na forma original, determina que serão *nulas* todas as cessões de direitos a terceiros que envolvam contratos firmados entre o INCRA e o ocupante, antes da data da publicação desta Medida Provisória.

Oferecemos a presente emenda por entender que haverá grande retrocesso se a nova Lei determinar a nulidade de todos os atos de cessão de direitos celebrados entre antigos ocupantes e terceiros cessionários.

Não se pode perder de vista que o INCRA – autarquia federal criada pelo Decreto 1.110, de 9 de julho de 1970, tem a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. O INCRA está implantado em todo o território nacional por meio de trinta superintendências regionais. Portanto, é o órgão que, historicamente, foi criado com a missão de efetuar a distribuição de terras e a regularização fundiária no Brasil. Assim, caso a nova Lei disponha que são nulas todas as cessões de direito praticadas por antigos ocupantes a terceiros, criará enorme insegurança jurídica em relação à população rural, em todo o território nacional. Muitos antigos ocupantes podem ter firmado contratos de cessão de direito a terceiros em relação às áreas de terras recebidas do INCRA de diversas formas, ao longo dos últimos quarenta anos.



aproximadamente, de sua existência.

Assim, o texto original merece ser alterado na forma proposta pela emenda que, ao contrário, convalida as cessões entre particulares que tenham sido celebradas ao longo desse período e traz para as regras da nova Lei apenas as ocorridas em relação às áreas ainda em processo de regularização junto ao INCRA. A emenda, portanto, reduz drasticamente o universo dos atingidos pela alteração do regime imposto na nova Lei.

Em vista do exposto, solicita-se o apoio dos nobres pares.

Sala das sessões, 17 de fevereiro de 2009.


Deputado Moreira Mendes
(PPS/RO)

